



DESAFIOS NA COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR EM MUNICÍPIOS PIAUIENSES

CHALLENGES IN THE COMMERCIALIZATION OF PRODUCTS FROM FAMILY FARMING FOR THE NATIONAL SCHOOL FEEDING PROGRAMME IN MUNICIPALITIES PIAUIENSES

Elizabete Maciel de Sousa Cardoso¹, Celicia Maria Resende Gonçalves de Carvalho², Elaine Carvalho de Moraes³, Mickael de Paiva Sousa⁴, Suzana Maria Rebêlo Sampaio da Paz⁵, Marize Melo dos Santos⁶

Submetido em: 11/08/2021

e28657

Aprovado em: 21/09/2021

<https://doi.org/10.47820/recima21.v2i8.657>

RESUMO

Esse estudo analisou os desafios enfrentados pelos atores sociais do Programa Nacional de Alimentação Escolar na comercialização de gêneros da agricultura familiar em Territórios Piauienses. Trata-se de um estudo transversal, incluindo quinze municípios que integram os territórios de Serra da Capivara e Vale do Sambito. A seleção dos municípios se baseou nos percentuais de compras da agricultura familiar, nos exercícios 2017 e 2018. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas com gestores e/ou nutricionistas, secretário de agricultura e agricultores. Os dados foram digitados em planilha do programa Microsoft Office Excel e analisados no pacote estatístico Stata versão 12. A análise de associação entre os territórios e as variáveis independentes foram avaliadas por teste Qui-quadrado de Pearson (χ^2) e teste exato de Fisher. Foram destacadas como dificuldades enfrentadas por gestores e/ou nutricionistas a articulação entre os atores sociais, cumprimento do cronograma de entrega dos gêneros e elaboração do projeto de venda por parte dos agricultores. Identificou-se que os gestores conhecem a produção local, no entanto, a consideram insuficiente e com pouca variedade de produtos. Foi destacado pelos agricultores entraves no funcionamento do Selo de Inspeção municipal, ausência de Projeto de Lei e/ou Decreto de Criação na maioria dos municípios, além de baixa produtividade ou irregularidade da oferta dos gêneros, seguida de burocracias e escassez de informações para aderir ao programa. Torna-se necessária a atuação conjunta entre os atores e a execução de ações intersetoriais para a oferta e demanda de produtos da agricultura familiar que favoreça o alcance dos objetivos do PNAE.

PALAVRAS-CHAVE: Alimentação escolar. Política pública. Segurança alimentar e nutricional.

ABSTRACT

This study analyzed the challenges faced by responsible agents of the National School Feeding Programme (PNAE) in the commercialization of products from family farming in Piauí territories. Cross-sectional study that includes fifteen counties that integrate the regions of Serra da Capivara and Vale do Sambito. The choice of counties was based on purchase percentages between the years 2017 to 2018. The data collection was made through interviews with managers and/or nutritionists, Secretary of Agriculture and farmers. The data were typed in Microsoft Office Excel spreadsheet and

¹ Nutricionista, Especialista em Alimentação e Nutrição na Atenção Básica e em Saúde, Atividade Física e Nutrição. Agente PNAE do Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar (CECANE/UFPI).

² Nutricionista, Doutora em Ciência da Nutrição, Professora Titular da UFPI/Departamento de Nutrição, Subcoordenadora do Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar-CECANE-UFPI, Tutora do Programa de Educação Tutorial/UFPI.

³ Nutricionista, Mestra em Ciência e Tecnologia de Alimentos. Agente PNAE do Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar - CECANE/UFPI.

⁴ Nutricionista, Mestrando em Alimentos e Nutrição – Programa de Pós-graduação em Alimentos e Nutrição/Universidade Federal do Piauí.

⁵ Nutricionista, Doutora e Mestre em Nutrição em Saúde Pública. Professora convidada do Programa de Pós-Graduação em Alimentos e Nutrição – UFPI.

⁶ Nutricionista, Mestre em Nutrição em Saúde Pública, Doutora em Nutrição. Professora Titular da UFPI/Departamento de Nutrição, Coordenadora de Gestão do Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar-CECANE-UFPI.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

DESAFIOS NA COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA O
PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR EM MUNICÍPIOS PIAUIENSES
Elizabete Maciel de Sousa Cardoso, Celicia Maria Resende Gonçalves de Carvalho, Elaine Carvalho de Moraes,
Mickael de Paiva Sousa, Suzana Maria Rebêlo Sampaio da Paz, Marize Melo dos Santos

analyzed in statistics software package called Stata version 1.2. The analysis between territories and independent variables were evaluated by Pearson's Chi-square test (x^2) and Exact Fisher's test. The articulation between responsible agents, the schedule execution of the delivery products and elaboration of the sale projects by the farmers were highlighted as the main difficulties faced by managers and/or nutritionists. It was identified that managers know about the local production but they consider it as insufficient and with a few variety of products at all. Farmers highlighted some problems with operation of Municipal Inspection Seal, absence of Law and/or Decree in most of counties in addition to low productivity or irregularities in the offer of products, bureaucracy as well and lack of informations to join the program. It is necessary a joint operation between responsible agents and execution of intersectorial actions to offer the demand for products that favor the scope of PNAE objectives.

KEYWORDS: School feeding. Public policies. Food and nutrition security.

INTRODUÇÃO

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é a maior e mais antiga política pública no Brasil, em que a alimentação escolar é amparada como um direito dos estudantes, sendo uma das estratégias de garantia da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Destaca-se, portanto, como um fator de promoção da alimentação saudável na comunidade escolar e inclusão oficial de agricultores familiares e outros povos e comunidades tradicionais como fornecedores de alimentos para o PNAE (1;2).

Nesse contexto, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) do Ministério da Educação (MEC) é responsável pelo repasse de recursos provenientes do governo federal para a compra de gêneros alimentícios nos estados e municípios, com base no número de alunos matriculados na educação básica. O art. 14 da Lei nº 11.947/2009 estabelece que, no mínimo, trinta por cento (30%) do total destes recursos sejam destinados à compra de alimentos, preferencialmente orgânicos, produzidos pela agricultura familiar, local, regional ou nacional. O Programa, a partir destas diretrizes, tornou-se um importante segmento institucional para aquisição de alimentos da agricultura familiar (3).

Assim, o estímulo e o apoio à agricultura familiar têm se mostrado relevantes para a formulação e a implementação de ações municipais de SAN e de desenvolvimento local, que visem promover o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) (1).

Visto a importância da relação entre a agricultura familiar e a boa aplicação dos recursos no PNAE, este artigo se propôs analisar os desafios enfrentados pelos atores sociais do PNAE na comercialização de gêneros da agricultura familiar em Territórios Piauienses.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

DESAFIOS NA COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR EM MUNICÍPIOS PIAUIENSES
Elizabeth Maciel de Sousa Cardoso, Celicia Maria Resende Gonçalves de Carvalho, Elaine Carvalho de Moraes, Mickael de Paiva Sousa, Suzana Maria Rebêlo Sampaio da Paz, Marize Melo dos Santos

REFERENCIAL TEÓRICO

A compra de gêneros da agricultura familiar para a alimentação escolar encontra-se embasada nas diretrizes que regem o programa, que consiste no emprego da alimentação saudável e adequada e no apoio ao desenvolvimento sustentável (4).

Ao longo da sua trajetória, o PNAE tem demonstrado avanços significativos, a exemplo disso, destaca-se o marco legal (Lei nº 11.947, de 2009), que universalizou o Programa ao prever o fornecimento de alimentação escolar saudável e adequada para todos os alunos matriculados na educação básica, além de regulamentar a obrigatoriedade de que 30% das compras institucionais fossem de produtos da agricultura familiar (5).

O PNAE proporciona o encontro da alimentação escolar com a agricultura familiar, essa união tem promovido transformações importantes na alimentação escolar, permitindo que alimentos saudáveis, produzidos diretamente da agricultura familiar, possam ser consumidos diariamente pelos alunos da rede pública de todo o Brasil (6).

Estudos demonstram que os hábitos alimentares dos escolares sofrem influência ambiental, familiar e escolar, conforme define pesquisa realizada por Prado et al.⁷. Além disso, estudos de Stratus e Conde⁸ relatam que a exposição às mídias e eletrônicos por longos períodos podem modificar e modular as escolhas alimentares, bem como o estado nutricional de crianças.

Dessa forma, é prioridade do Programa o planejamento de cardápios segundo os parâmetros legais para a aquisição de alimentos, que consiste na utilização de alimentos in natura ou minimamente processados, respeito as necessidades nutricionais, os hábitos alimentares, a cultura alimentar, sazonalidade, diversificação agrícola da região e promoção da alimentação saudável e adequada, bem como, a realização de ações de Educação Alimentar e Nutricional, de forma a incentivar o consumo de alimentos que trazem benefícios nutricionais, conforme referenciado na Resolução nº 06/CD/FNDE/2020⁴.

Mesmo diante dos seus benefícios e da exigência legal para as compras de gêneros agrícolas, muitos municípios ainda não conseguem atingir o percentual mínimo na aquisição de alimentos, conforme exigidos em lei (9).

Estudo realizado por Araújo et al.¹⁰, em 27 capitais dos estados brasileiros e no Distrito Federal, identificou que cerca de um terço (33,3%) das cidades avaliadas utilizou o mínimo recomendado (30%) dos recursos financeiros para a compra de produtos da agricultura familiar. Somente a região Norte cumpriu a recomendação da legislação vigente (39,4%). A região Sudeste apresentou a menor porcentagem de compra (6,4%), enquanto nas regiões Norte e Nordeste do Brasil percebeu-se aumento gradual na compra de tais alimentos.

Pesquisa realizada por Baccarin et al.¹¹ demonstrou que as dificuldades para o agricultor acessar e permanecer neste mercado estão relacionados a questões operacionais, estruturais, políticas, organização dos agricultores, dificuldade de logística, a falta de formação e informação, a



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

DESAFIOS NA COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR EM MUNICÍPIOS PIAUIENSES
Elizabeth Maciel de Sousa Cardoso, Celicia Maria Resende Gonçalves de Carvalho, Elaine Carvalho de Moraes, Mickael de Paiva Sousa, Suzana Maria Rebêlo Sampaio da Paz, Marize Melo dos Santos

falta de documentação dos agricultores, a desconfiança dos mesmos em relação ao poder público, a informalidade das agroindústrias, a falta de articulação entre os gestores e os agricultores e celeumas políticas.

Dados que corroboram com os estudos foram realizados por Gomes & Amorim¹², no Sul do Estado do Piauí, demonstrando que as principais dificuldades encontradas, tanto pelos órgãos municipais como pelos produtores, estão relacionadas, com a quantidade insuficiente de gênero alimentício para a demanda solicitada, falta de interesse dos agricultores, a dificuldade em apresentar a documentação exigida pelo programa, problemas burocráticos na administração municipal, ausência de informação dos agricultores em relação ao PNAE, falta de condições estruturais dos produtores em distribuir seus produtos. Carmo et al.¹³, cita em seu estudo, a falta de apoio institucional e assistência técnica como as dificuldades mais prevalentes para os agricultores.

Apesar das dificuldades existente na implementação da Lei nº 11.947/2009, estudos realizados por Teo et al.¹⁴ e Triches et al.¹⁵ apresentaram fatores que contribuem para o enfrentamento e a superação desses entraves, entre eles destaca-se, o diálogo entre os gestores e agricultores, a atuação intersetorial, envolvendo as Secretarias de Educação, ações formativas e de capacitação direcionadas aos agricultores, organização dos produtores e realização de investimento, tanto pelos agricultores e cooperativas como pelos municípios.

METODOLOGIA

Estudo transversal, desenvolvido no período de agosto a novembro de 2019, com 15 (quinze) municípios, 7 (sete) deles compondo o Território de Desenvolvimento Serra da Capivara e 8 (oito) o Vale do Sambito, ambos localizados no estado do Piauí.

A seleção dos municípios consistiu, inicialmente, no levantamento dos percentuais de compra da agricultura familiar - (AF) através do Sistema de Gestão de Prestação de Contas (SIGPC) - Acesso Público do FNDE, baseados nos valores gastos por municípios com repasse do FNDE para o PNAE, no ano de 2017 e 2018.

Na definição do primeiro Território foram incluídos os municípios que apresentavam percentuais 0% de aquisição de alimentos da AF, no ano de 2017. A escolha justifica-se por estes evidenciarem dificuldades no processo de compra da AF. Para o segundo Território, considerou-se os municípios com percentuais de aquisição entre 15 e 29%, no ano de 2018, embora estes já tivessem iniciado o processo de compra da AF, ainda não atingiram o mínimo de 30% estabelecido pela Lei. Em virtude da indisponibilidade dos dados de 2018 dos municípios do Território de Desenvolvimento Serra da Capivara, foram considerados aqueles de 2017.

A coleta de dados se deu pela aplicação de questionários aos representantes da Entidade Executora (gestores e/ou nutricionistas) e produtores (secretários de agricultura, agricultores e/ou suas organizações). A aplicação dos questionários foi realizada de forma individualizada, durante a



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

DESAFIOS NA COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA O
PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR EM MUNICÍPIOS PIAUIENSES
Elizabete Maciel de Sousa Cardoso, Celicia Maria Resende Gonçalves de Carvalho, Elaine Carvalho de Moraes,
Mickael de Paiva Sousa, Suzana Maria Rebêlo Sampaio da Paz, Marize Melo dos Santos

realização do Encontro de Sensibilização, organizado pela equipe Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar da Universidade Federal do Piauí (CECANE/UFPI). Para os representantes de municípios que não compareceram ao Seminário, utilizou-se a coleta de dados via *e-mail* e por contato telefônico.

Foram utilizados três tipos de questionários, o primeiro destinado aos secretários de educação e/ou nutricionistas, elaborado pelo FNDE, em parceria com os Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição Escolar – CECANEs. Este abordou a participação do nutricionista no processo de compras de alimentos da agricultura familiar e os processos da Entidade Executora (EEx) para a realização da compra desses produtos.

O segundo questionário, destinado aos agricultores, abordou questões sobre a participação no processo de Chamada Pública, a forma de entrega dos gêneros, dificuldades enfrentadas em participar das Chamadas Públicas, na produção dos gêneros alimentícios e o destino da produção.

O terceiro questionário, destinado aos Secretários de Agricultura, coletou informações sobre o conhecimento da política de compra de gêneros da agricultura familiar, o uso dos percentuais de 30% do recurso, a forma de participação da secretaria de agricultura nos processos de Chamada Pública, existência do Sistema de Inspeção sanitária e dificuldades enfrentadas pelos atores na oferta de produtos da agricultura familiar.

Os dados foram digitados em planilha do programa Microsoft Office Excel e analisados no pacote estatístico Stata versão 12. A análise da associação entre os territórios de desenvolvimento e as variáveis independentes foram avaliadas utilizando-se o teste Qui-quadrado de Pearson (χ^2) ou teste exato de Fisher (utilizado se frequência for inferior a 5), quando apropriado.

Este projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Piauí, sob o protocolo nº 2.734.038.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Participaram do estudo 48 atores sociais, sendo 19 agricultores familiares, 14 Secretários de agricultura e 15 representantes das Entidades Executoras, nutricionista e secretários de educação.

Os resultados são apresentados segundo os desafios enfrentados pelos atores do PNAE no processo de compra e venda de gêneros da agricultura familiar para alimentação escolar.

Organização da demanda de alimentos para o PNAE, pelas Entidades Executoras

Tratando-se das dificuldades enfrentadas pelos gestores e/ou nutricionistas na execução da compra de gêneros da agricultura familiar, observa-se que a articulação entre os atores, sobressaiu-se no território Vale do Sambito (87,5%), seguidos do cumprimento do cronograma de entrega dos gêneros (50%) e elaboração do projeto de venda por parte dos agricultores, (50%). Observou-se



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR

ISSN 2675-6218

DESAFIOS NA COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR EM MUNICÍPIOS PIAUIENSES
 Elizabete Maciel de Sousa Cardoso, Celicia Maria Resende Gonçalves de Carvalho, Elaine Carvalho de Moraes, Mickael de Paiva Sousa, Suzana Maria Rebêlo Sampaio da Paz, Marize Melo dos Santos

diferença significativa para a resposta articulação entre os atores sociais ($p = 0,035$), conforme dados descritos na tabela 1.

Tabela 1

Dificuldades na execução da compra de alimentos da AF em Territórios Piauienses. Teresina, 2019.

Dificuldades nas etapas de execução da compra da AF	Territórios de Desenvolvimento				p*
	Serra da Capivara (n=7)		Vale do Sambito (n=8)		
	n	%	n	%	
Planejamento e definição do valor	1	14,3	-	-	0,467
Articulação entre atores sociais	2	28,6	7	87,5	0,035
Cardápios contempla a produção local	-	-	1	12,5	0,533
Pesquisa de preço	1	14,3	-	-	0,467
Elaboração do edital	1	14,3	1	12,5	0,733
Elaboração do projeto de venda	7	100,0	4	50,0	0,051
Habilitação e seleção dos projetos de vendas	2	28,6	1	12,5	0,446
Amostras para controle de qualidade	1	14,3	1	12,5	0,733
Estabelecimento do contrato	2	28,6	1	12,5	0,446
Cumprimento do cronograma	2	28,6	4	50,0	0,378

Fonte: Autores

* Teste exato de Fisher

No Território Serra da Capivara, os representantes consideraram a elaboração do projeto de venda por parte dos agricultores como principal entrave (100%), porém, outras dificuldades foram relatadas com frequência, como o cumprimento do cronograma de entrega dos gêneros (28,6%), habilitação e seleção dos projetos de vendas (28,6%), além do estabelecimento de contratos com os agricultores (28,6%).

Nesse sentido, é oportuno destacar que a eficiência na execução do Passo a passo do processo de compra de gêneros da agricultura familiar são pontos chaves para a boa execução do PNAE e o alcance de seus objetivos, uma vez que a falta de articulação entre os atores sociais, a dificuldade de elaboração do projeto de venda e o não cumprimento do cronograma, podem estar relacionados com as dificuldades de acesso dos agricultores ao programa, pois faltam aos mesmos, informações sobre a realização das chamadas públicas e o conhecimento sobre as normas que regem o PNAE, o que desencadeia problemas na oferta de determinados gêneros, como também na inviabilidade de fornecimento regular e constantes dos produtos.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

DESAFIOS NA COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR EM MUNICÍPIOS PIAUIENSES
Elizabeth Maciel de Sousa Cardoso, Celicia Maria Resende Gonçalves de Carvalho, Elaine Carvalho de Moraes, Mickael de Paiva Sousa, Suzana Maria Rebêlo Sampaio da Paz, Marize Melo dos Santos

Resultados semelhantes foram identificados em estudo realizado por Almeida et al.¹⁶ ao realizar uma análise das chamadas públicas em municípios Paulistas de pequeno porte, demonstrando resultados semelhantes com a presente pesquisa, identificando como dificuldades a elaboração do Projeto de Venda e do Edital de Chamada pública, no que se refere à mensuração do valor destinado à compra, divulgação do processo e desconhecimento dos regramentos por parte dos agricultores. Pesquisas que corroboram com os dados encontrados foram identificados em estudos realizados por Baccarin et al.¹¹, no qual avaliam as dificuldades na aquisição de produtos da AF para alimentação escolar nos municípios de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, no que se refere aos dois eixos principais, oferta e demanda.

Os agentes da Entidade Executora relatam uma série de dificuldades para a aquisição de produtos da agricultura familiar, a exemplo de verbas insuficientes e problemas para a elaboração da chamada pública. Por outro lado, estudo realizado por Procópio et al.¹⁷ apresentaram resultados diferentes, no qual os gestores participantes informaram não haver dificuldades para execução do processo de chamada pública realizado em municípios do sudoeste Paulista.

Na tabela 02 apresenta-se a relação entre a produção agrícola e a realidade da AF em municípios Piauienses.

Tabela 2

Realidade da AF para compra de alimentos pela EEx. em Territórios Piauienses. Teresina, 2019.

Realidade da agricultura familiar para compras de alimentos pela EEx.	Territórios de Desenvolvimento				p*
	Serra da Capivara (n = 7)		Vale do Sambito (n = 8)		
	n	%	n	%	
A EEx. Conhece a produção local	7	100,0	8	100,0	-
Agricultores não conseguem regularizar produtos juntos à Vigilância Sanitária	2	28,6	3	37,5	0,573
Inexistência de grupos formais	4	57,1	6	75,0	0,427
Produção não é suficiente para atender a demanda	6	85,7	5	62,5	0,338
Pouca variedade de produtos	5	71,4	5	62,5	0,573
Dificuldade na emissão de nota fiscal	2	28,6	5	62,5	0,338
Não há interesse em fornecer para o PNAE	4	57,1	4	50,0	0,595
Preços não atrativos	-	-	1	12,5	0,533

Fonte: Autores

*Teste exato de Fisher



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

DESAFIOS NA COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR EM MUNICÍPIOS PIAUIENSES
 Elizabete Maciel de Sousa Cardoso, Celícia Maria Resende Gonçalves de Carvalho, Elaine Carvalho de Moraes, Mickael de Paiva Sousa, Suzana Maria Rebêlo Sampaio da Paz, Marize Melo dos Santos

Considerando a realidade da produção agrícola dos municípios, os gestores e/ou representantes de ambos os territórios consideraram conhecer a produção local sendo relatado por 100% de seus representantes. Tanto o Território Vale do Sambito (62,5%) quanto Serra da Capivara (85,7%) informaram haver produção insuficiente dos gêneros para atender a demanda, assim como pouca variedade dos produtos ofertados com percentuais de 62,7% e 71,4% para os respectivos Territórios. Destacou-se ainda, como uma realidade dos municípios a inexistência de grupos formais relatado por 75% dos representantes do Vale do Sambito e 57,1% da Serra da Capivara. Não foram observadas diferenças significativas entre os Territórios para essas variáveis.

Quanto a produção agrícola e a realidade da agricultura familiar, os problemas apresentados sugerem relação com a falta de articulação entre os atores, dificuldade prevalente no presente estudo. O envolvimento das entidades e/ou representações da agricultura familiar em processos de chamada pública, bem como a prestação de serviços da assistência técnica tem demonstrado resultados favoráveis quanto ao alcance dos objetivos do Programa, o que pode ser confirmado por estudos realizados por Alexandre et al.¹⁸ e Oliveira, Medina e Figueiredo¹⁹, que demonstraram haver uma relação positiva entre o acesso à assistência técnica, articulação intersetorial, atividades baseadas na realidade local e a inserção dos agricultores no Programa Nacional de Alimentação Escolar.

O reconhecimento da falta de articulação entre os atores sociais do PNAE é um aspecto relevante, considerado como um problema que precisa ser superado tendo em vista a necessidades de manter o diálogo entre os atores envolvidos na aquisição de alimentos para a alimentação escolar. Baccarin et al.¹¹, Mossmann et al.²⁰ e Triches e Baccarin²¹ entendem que a falta de comunicação é também uma realidade presente em outros locais o que leva a dificuldade na execução da política que passa a ter um desdobramento com menos chance de ser exitosa, cabendo aos envolvidos a superação desse desafio.

Resultados semelhantes para a insuficiência na quantidade e variedade dos gêneros ofertados foram identificados em estudos realizados por Procópio et al.¹⁷ e Soares et al.²², justificando que tais problemas ocorreram devido à demora na publicação dos editais de chamada pública, falta de informação sobre o programa e a influência de problemas climáticos, impossibilitando assim, a manutenção da regularidade da oferta e que as organizações da AF se planejem para produzir com antecedência.

Com efeito, os aspectos relacionados a quantidade insuficiente de alimentos para atender todas as refeições escolares, a dificuldade no fornecimento de diversidade de alimentos diante das necessidades dos cardápios, bem como a burocratização dos processos, denota o potencial para a promoção de estratégias para incentivar a produção e a melhoria da compra de alimentos da AF para o PNAE.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

DESAFIOS NA COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR EM MUNICÍPIOS PIAUIENSES
Elizabete Maciel de Sousa Cardoso, Celicia Maria Resende Gonçalves de Carvalho, Elaine Carvalho de Moraes, Mickael de Paiva Sousa, Suzana Maria Rebêlo Sampaio da Paz, Marize Melo dos Santos

De acordo com Araújo et al.¹⁰, apesar das dificuldades tem havido ampliação da porcentagem de compra de gêneros alimentícios da AF para o PNAE, entre os anos de 2011 e 2017, especialmente nas capitais do Norte e Nordeste do Brasil, incluindo a capital do Piauí.

Organização da Oferta de alimentos para o PNAE

Secretários de Agricultura

Os resultados são apresentados com base nas informações repassadas por Secretários de Agricultura dos municípios pesquisados em relação aos desafios enfrentados na comercialização de gêneros da agricultura familiar para o PNAE. Entre os quinze municípios participantes, apenas um deles, pertencente ao território Serra da Capivara, não retornou com as informações solicitadas.

Na Tabela 03 são apresentados os tipos de dificuldades enfrentadas para a oferta dos gêneros da agricultura familiar, relatadas pelos secretários de agricultura.

Tabela 3

Dificuldades na oferta dos produtos da agricultura familiar em Territórios Piauienses. Teresina, 2019.

Dificuldades na oferta de produtos da AF	Territórios de Desenvolvimento				p*
	Serra da Capivara (n = 6)		Vale do Sambito (n = 8)		
	n	%	n	%	
Escassez de informações	2	33,3	2	25,0	0,727
Burocracia na adesão ao programa	2	33,3	2	25,0	0,727
Emissão de nota fiscal	1	16,7	1	12,5	0,72
Falta de Apoio do município	1	16,7	-	-	0,5
Dificuldade em oferecer assistência aos produtores	2	33,3	-	-	0,227
Baixa produtividade	6	100,0	6	75,0	0,308

Fonte: Autores

*Qui-quadrado de Pearson

Observa-se elevados percentuais para as dificuldades baixa produtividade ou irregularidade da oferta, tanto no território Vale do Sambito quanto Serra da Capivara, com percentuais de 100% e 75% respectivamente, seguida de burocracia na aquisição de permissão e licença para os produtores ou para aderir ao programa, além de escassez de informações sobre o PNAE, para ambos os territórios, os testes estatísticos mostraram semelhanças entre os municípios dos dois territórios.

Um dos fatores relacionados às burocracias na aquisição de permissão e licenças para os agricultores participarem do Programa encontravam-se relacionados à instalação e/ou funcionamento



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

DESAFIOS NA COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR EM MUNICÍPIOS PIAUIENSES
Elizabeth Maciel de Sousa Cardoso, Celicia Maria Resende Gonçalves de Carvalho, Elaine Carvalho de Moraes, Mickael de Paiva Sousa, Suzana Maria Rebêlo Sampaio da Paz, Marize Melo dos Santos

do Selo de Inspeção Municipal (SIM). Diante disso, foi questionado aos secretários de agricultura sobre a realidade dos municípios nesse processo, apesar de haver relatos sobre sua existência, informado por 50% dos representantes do Território Serra da Capivara e 37,5% do Vale do Sambito, no entanto, não necessariamente, os sistemas de inspeção encontravam-se em funcionamento.

A instalação dos Sistemas de Inspeção Municipal apresentava-se em fases iniciais de implementação, no território Serra da Capivara (33,3%) e Vale do Sambito (25%) relataram haver projeto de lei, 12,5% dos representantes do Vale do Sambito e 16,7 % da Serra da Capivara informaram ter avançado para etapas de regulamentação e decreto de criação. Os municípios dos dois territórios enfrentam igualmente essa dificuldade, conforme Tabela 04.

Tabela 4

Situação de funcionamento do Sistema de Inspeção municipal em Territórios Piauienses. Teresina, 2019.

Situação de Funcionamento do SIM	Territórios de Desenvolvimento				p*
	Serra da Capivara (n=6)		Vale do Sambito (n=8)		
	n	%	n	%	
Existência do SIM nos municípios					
Sim	3	50	3	37,5	-
Não	3	50	5	62,5	-
Situação de funcionamento					
Projeto de Lei	2	33,3	2	25,0	0,999
Decreto de Criação	1	16,7	-	-	0,767
Regulamentação	-	-	1	12,5	0,767

Fonte: Autores

*Qui-quadrado de Pearson

Sobre o funcionamento do SIM, apesar de haver relatos sobre sua existência, tais sistemas de inspeção não se encontravam em funcionamento. A existência do selo influencia de maneira significativa a aquisição de produtos da AF para o PNAE, isso porque, segundo Baccarin et al.²⁴, existem barreiras sanitárias e tecnológicas que por um lado atestam a qualidade e segurança higiênicos sanitárias dos gêneros, por outro lado, dificultam a compra direta de produtos da AF, especialmente os de origem pecuária.

Em estudo desenvolvido por Alexandre et al.¹⁸ em dois Territórios da cidadania de Goiás foi identificado que dos quinze municípios que faziam parte do Território Vale do rio Vermelho nesse estudo, apenas um possuía o SIM aprovado, porém ainda não implementado, no Território Vale do Paranã, composto por dez municípios, em apenas um deles o SIM encontrava-se em funcionamento.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

DESAFIOS NA COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA O
PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR EM MUNICÍPIOS PIAUIENSES
Elizabete Maciel de Sousa Cardoso, Celicia Maria Resende Gonçalves de Carvalho, Elaine Carvalho de Moraes,
Mickael de Paiva Sousa, Suzana Maria Rebêlo Sampaio da Paz, Marize Melo dos Santos

De forma geral, observa-se dificuldades no processo de instalação do SIM, sendo esta, uma instância que contribui na inserção de alimentos que necessitam de inspeção sanitária.

Agricultores

Os dados são baseados nas respostas dos representantes dos municípios que compõem o Território Vale do Sambito. Embora se tenha tentado as devolutivas dos questionários dos agricultores representantes do Território Serra da Capivara, estas não foram alcançadas.

Na Tabela 05 são apresentados os tipos de dificuldades relatadas pelos agricultores em participar de Chamada Pública, informadas por 57,9% dos participantes.

Tabela 5

Dificuldades enfrentadas pelos agricultores para participar de Chamadas Públicas em municípios Piauienses. Teresina, 2019.

Dificuldades dos agricultores para participar de Chamadas Públicas	TD - Vale do Sambito (n=19)	
	n	%
Falta de conhecimento das normas	2	10,5
Burocracias do Processo	2	10,5
Falta de informação sobre a realização do Processo	5	26,3
Emissão de nota Fiscal	1	5,3
Preço dos produtos incompatíveis	1	5,3
Dificuldade de entrega dos produtos	1	5,3
Falta de solicitação dos produtos disponíveis	1	5,3

Fonte: Autores

Entre as dificuldades mais relatadas destacaram-se falta de informações quanto à realização dos processos de Chamada Pública (26,3%), seguidos da falta de conhecimento das normas do Programa e Burocracias no Processo (10,5%).

A falta de informação é o principal fator que dificulta a participação dos agricultores nas chamadas públicas. A chamada pública de compra é uma ação prioritária intimamente ligada aos 10 passos de aquisição dos alimentos da agricultura familiar para o PNAE conforme destacado na Resolução nº 06/CD/FNDE/2020, que deve ser amplamente divulgada⁴.

Na análise dessas questões, observa-se que a inclusão de alimentos da agricultura familiar na alimentação escolar apresenta problemas similares em outros locais do Brasil, visto que, estudo realizado por Assis, França e Coelho²⁴, identificou dificuldades relacionadas à mobilização inicial dos participantes, burocracias e acesso à política, bem como dificuldades relacionadas às informações



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

DESAFIOS NA COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR EM MUNICÍPIOS PIAUIENSES
Elizabete Maciel de Sousa Cardoso, Celicia Maria Resende Gonçalves de Carvalho, Elaine Carvalho de Moraes, Mickael de Paiva Sousa, Suzana Maria Rebêlo Sampaio da Paz, Marize Melo dos Santos

técnicas em saber, por exemplo, o quanto produzir e quanto iriam vender o que demonstra a necessidade de priorizar ações de capacitação e atualização que favoreçam o aumento da comercialização dos produtos locais da agricultura familiar e do número de agricultores envolvidos com o PNAE, resultados semelhantes à presente pesquisa. O incentivo à compra de alimentos locais provenientes da agricultura familiar contribui para atender os critérios de sustentabilidade em relação à geração de trabalho e renda aos agricultores, bem como o favorecimento da aproximação entre os produtores e consumidores⁶.

Diferentemente desta pesquisa, o estudo realizado por Marques et al.²⁵ apontou que as dificuldades não estão relacionadas com a entrada do agricultor no processo, mas em se manter nele, devido a problemas relacionados com atrasos de pagamentos, falta de transporte específico da Entidade Executora para realizar as entregas dos gêneros alimentícios nas escolas, estrutura física inadequada para produção de produtos semiprocessados, gerando problemas higiênico-sanitários e baixos preços pagos pelos produtos ofertados.

Estudo realizado por Oliveira, Medina e Figueiredo¹⁹ demonstrou que o acesso às equipes de assistência técnica possui alta associação com a venda de produtos para o PNAE, bem como, foi descrito por Assis, França e Coelho²⁴ em todos os municípios participantes de sua pesquisa houve a atuação da extensão rural ou de organizações da agricultura familiar proporcionando segurança e apoio aos agricultores no processo.

Portanto, é de fundamental importância reforçar a relação entre PNAE e agricultura familiar para a sociedade em geral. Nesse contexto, o estudo de Schwartzman et al.²⁶ demonstrou que iniciativas relacionadas às compras institucionais da agricultura familiar, implantadas atualmente em vários países, configuram-se como estratégia de segurança alimentar e nutricional, de cumprimento do direito humano à alimentação adequada e de promoção do desenvolvimento sustentável a longo prazo.

Embora a Lei que determina investimento mínimo de recursos de 30% para a compra de gêneros da agricultura familiar, esteja vigente a mais de uma década, ainda existem muitos entraves a serem superados na execução desse processo de compra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados evidenciaram diversos entraves na execução do processo de compra da agricultura familiar. Dessa forma, destaca-se a importância da atuação conjunta entre os atores e a execução de ações intersetoriais envolvendo oferta e demanda, que favoreçam o alcance dos objetivos do PNAE.

Além disso, torna-se necessária a execução de ações e o desenvolvimento de estratégias que contribua para o enfrentamento e superação dos entraves existentes nos processos de compras da agricultura familiar, uma vez que este procedimento representa uma importante estratégia de



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

DESAFIOS NA COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA O
PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR EM MUNICÍPIOS PIAUIENSES
Elizabeth Maciel de Sousa Cardoso, Celicia Maria Resende Gonçalves de Carvalho, Elaine Carvalho de Moraes,
Mickael de Paiva Sousa, Suzana Maria Rebêlo Sampaio da Paz, Marize Melo dos Santos

segurança alimentar, cumprimento do direito humano à alimentação adequada e de promoção do desenvolvimento sustentável.

REFERÊNCIAS

- 1 Rocha C, Burlandy L, Maluf R. Small farms and sustainable rural development for food security: The Brazilian experience. *Dev. So. Afr.* 2012;29(4):519-529.
- 2 Saraiva EB, Silva APF, Sousa AA, Cerqueira GF, Chagas CMS, Toral N. Panorama da compra de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar. *Ciênc. saúde coletiva.* 2013 Apr;18(4):927-935.
- 3 Brasil. Lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Brasília: Diário Oficial da União; 2009.
- 4 Brasil. Resolução CD/FNDE nº 6, de 08 de maio de 2020. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. Brasília: Diário Oficial da União; 2020.
- 5 Amorim ALB, Junior JR SB, Bandoni DH. Programa Nacional de Alimentação Escolar: estratégias para enfrentar a insegurança alimentar durante e após a COVID-19. *Revista de Administração Pública.* 2020 jul/ago;54(4):1134-1145.
- 6 Silva S, Alves A, Freitas AF, Freitas AF. Uma interface entre alimentação escolar e agricultura familiar em Jampruca e Mathias Lobato, Minas Gerais (Brasil). *Revista Espacios.* 2017;38(46):1-14.
- 7 Prado BG, Hinnig PF, Tanaka LF, Latorre MRDO. Qualidade da dieta de escolares de 7 a 10 anos do município de São Paulo: associação com o número e os locais de refeições. *Rev. Nutr.* 2015 nov/dez;28(6):607-618.
- 8 Strauss JM, Conde SR. Influência das mídias e eletrônicos no consumo alimentar e no estado nutricional de crianças: Revisão Integrativa. *Recima 21 – Revista Científica Multidisciplinar [Internet].* 2021 Fev [Acesso 2021 set 14]; 2(1):219-233. Disponível em: <https://recima21.com.br/index.php/recima21/issue/view/5>.
- 9 Carvalho GCG, Morais IBA, Oliveira GAL, Ventrametto O. Agricultura Familiar e Alimentação Escolar: reflexos da pandemia de COVID-19. *Research, Society and Development.* 2021 Abr. [Acesso 2021 ago. 12]; 10(4). Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd>.
- 10 Araújo LRS, Brito ANM, Rodrigues MTP, Mascarenhas MDM, Moreira-Araujo RSR. Alimentação escolar e agricultura familiar: análise de recursos empregados na compra de alimentos. *Cad. Saúde Pública.* 2019;35(11).
- 11 Baccarin JG, Triches RM, Teo CRPA, Silva DBP. Indicadores de Avaliação das Compras da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar no Paraná, Santa Catarina e São Paulo. *Econ. Sociol. Rural.* 2017 jan/mar;55(1):103-122.
- 12 Gomes SAB, Amorim LB. Agricultura Familiar: importância e dificuldades da inserção na alimentação escolar na microrregião de Picos-PI. *Revista Pesquisa Agro.* 2018 jul - dez. [Acesso 2021 ago 10]; 1(1). Disponível em: <http://periodicos.cfs.ifmt.edu.br/periodicos/index.php/agro/article/view/253>.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

DESAFIOS NA COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR EM MUNICÍPIOS PIAUIENSES
Elizabeth Maciel de Sousa Cardoso, Celicia Maria Resende Gonçalves de Carvalho, Elaine Carvalho de Moraes, Mickael de Paiva Sousa, Suzana Maria Rebêlo Sampaio da Paz, Marize Melo dos Santos

- 13 Carmo APCF, Villar BS, Bicalho D, Miguel FS, Schwartzman F, Nogueira, RM. Modos de organização e desafios da participação dos Agricultores Familiares no Programa Nacional de Alimentação Escolar. *Segur. Aliment. Nutr.* 2021. [Acesso 2021 ago 10]; 28:1-14. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8659189>.
- 14 Teo CRPA, Mossmann MP, Taglietti RL, Triches RM. Agricultura familiar, alimentação escolar e a Geração de oportunidades sociais para o Desenvolvimento: experiências Catarinenses. *Revista Grifos.* 2020;29(49):67-48. [Acesso 2021 set 03] Disponível em: <http://pegasus.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/grifos/article/view/4821>.
- 15 Triches RM, Baccarin JG, Figueredo OAT, Führ AL, Mossmann MP, Silva DBP, Heckler D, Teo CRPA. Dificuldades e recursos de superação mobilizados por atores Sociais na aquisição de produtos da agricultura familiar para a Alimentação escolar nos estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. In: Perez-Cassarino J, Triches RM, Baccarin JG, Teo CRPA. *Abastecimento alimentar: redes alternativas e mercados institucionais [online]*. Chapecó: Editora UFFS; Praia, Cabo Verde: UNICV. 2018;91-105.
- 16 Almeida E, Fernandes VLSB, Almeida LMMC, Barone LA. Experiências de Efetivação do PNAE em municípios Paulistas: entraves e perspectivas. *Inf. Econ.* 2016 mar/abr;46(2).
- 17 Procópio FC, Oliveira JTA, Borsatto RS. As dificuldades para a participação de assentamentos rurais no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): o caso de Itapeva/ SP. *Retratos De Assentamentos.* 2015;18(1):361-382.
- 18 Alexandre VP, Gomes LOF, Silva SU, Almeida GM, Martins KA, Monego ET, Sousa LM, Campos, MRH. Do campo à escola: compra de alimentos da agricultura familiar pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar em Territórios da Cidadania de Goiás. *Segur. Aliment. Nutr.* 2016;23:1049-1064.
- 19 Oliveira F, Medina G, Figueiredo R. Características dos agricultores que acessam o Programa Nacional de Alimentação Escolar. *Rev. Polít. Agríc.* 2019;27(3):60-68.
- 20 Mossmann MP, Teo CRPA, Busato MA, Triches RM. Interface entre Agricultura Familiar e Alimentação Escolar: barreiras e mecanismos de enfrentamento na perspectiva de diferentes atores sociais do Sul do Brasil. *Rev. Econ. Sociol. Rural.* 2017;55(2):325-342.
- 21 Triches RM, Baccarin JG. Interações entre alimentação escolar e agricultura familiar para o desenvolvimento local. In: Teo CRPA, Triches RM. (Org.). *Alimentação Escolar: construindo interfaces entre saúde, educação e desenvolvimento*. Argos. 2016;1(1):89-109.
- 22 Soares P, Martinelli SS, Melgarejo L, Davó-Blanes MC, Cavalli SB. Potencialidades e dificuldades para o abastecimento da alimentação escolar mediante a aquisição de alimentos da agricultura familiar em um município brasileiro. *Ciênc. saúde coletiva.* 2015 Jun;20(6):891-1900.
- 23 Baccarin JG, Silva DBP, Ferreira DAO, Oliveira JA. Compras Institucionais de produtos de agricultores familiares para alimentação escolar no estado de São Paulo sob a vigência da lei federal 11.947/2009. *Geografia.* 2017;42(2):243-261.
- 24 Assis TRP, França AGM, Coelho AM. Agricultura familiar e alimentação escolar: desafios para o acesso aos mercados institucionais em três municípios mineiros. *Rev. Econ. Sociol. Rural.* 2019; 57(4):577-593.
- 25 Marques AA, Fernandes MGM, Leite IN, Viana RT, Gonçalves MCR, Carvalho AT. Reflexões de agricultores familiares sobre a dinâmica de fornecimento de seus produtos para a alimentação escolar: o caso de Araripe, Ceará. *Saude soc.* 2014 Dec;23(4):1329-1341.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

DESAFIOS NA COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA O
PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR EM MUNICÍPIOS PIAUIENSES
Elizabete Maciel de Sousa Cardoso, Celicia Maria Resende Gonçalves de Carvalho, Elaine Carvalho de Moraes,
Mickael de Paiva Sousa, Suzana Maria Rebêlo Sampaio da Paz, Marize Melo dos Santos

26 Schwartzman F, Mora CAR, Bogus CM, Villar BS. Antecedentes e elementos da vinculação do programa de alimentação escolar do Brasil com a agricultura familiar. Cad. Saúde Pública. 2017;33(12).